

Todas as ONGs deveriam ser extintas

Fábio Adiron*

Em 1945, os vencedores da Segunda Guerra Mundial concordaram em que era preciso algum tipo de organização supranacional e supragovernamental para “preservar as gerações futuras do flagelo da guerra” . Nacionalismos agressivos só tinham produzido desgraças e mais de 50 milhões de mortos em combates, bombardeios, massacres, bombas atômicas, soluções finais etc. Era preciso recuperar o internacionalismo. A criação da ONU partiu da trágica constatação de que sistemas de potências (centrais, nazistas, fascistas, democratas, comunistas etc.) foram responsáveis por duas guerras mundiais e mazelas adjacentes. De certa forma, foi a primeira ONG a ser criada com o objetivo de combater a injustiça e reduzir desigualdade econômica e social.

Na sua esteira vieram suas agências (Unicef, Unesco, OIT, OMS) sempre com o mesmo intuito de resolver de forma internacionalizada, aquilo que os governos locais não davam soluções. Crianças abandonadas, culturas relegadas ao décimo terceiro plano de prioridades, trabalho do trabalho, desastres na saúde pública.

No Brasil, as ONGs assistencialistas surgem também nessa época e, durante a ditadura militar outros movimentos cresceram muito como consequência do desmantelamento das instituições políticas clássicas, como os partidos, os sindicatos, os diretórios acadêmicos de estudantes, as entidades de bairro, assim como a interrupção abrupta de experiências educacionais e culturais junto às comunidades tradicionais e populares. Esses vazios acabaram ocupados, inicialmente de forma semi-clandestina por grupos de base, pouco estruturados, quase sempre de caráter político-religioso, que surgem nas periferias das cidades e no campo como canais de demandas das classes populares.

Estes grupos vão se constituir, num primeiro momento, com as reivindicações dos trabalhadores no âmbito da produção (salários, participação na produtividade, previdência social, etc.) e no âmbito do consumo de serviços coletivos (saúde, transporte, saneamento básico, educação etc.). Depois, estes focos se diversificam, passando a abranger outras dimensões da vida social. urgem, assim, as novas questões sociais, definidas a partir do gênero, do étnico, da livre opção sexual, da natureza; da ecologia e da deficiência.

Qualquer pessoa que se oponha às boas intenções dessas organizações pode parecer um ser de outro planeta. Afinal, todas elas (ou quase todas) lutam pela justiça social, pelos direitos dos cidadãos e pelo bem de todos. Acabamos criando uma dependência “química e psicológica” desse tipo de estrutura à medida que deixamos de acreditar que quem deveria promover o bem estar de todos possa fazê-lo. Pior, esse ceticismo faz com que deixemos de exigir dos nossos governantes os nossos direitos que estão assegurados em leis que não são cumpridas, e nos resignamos a apoiar, e até participar, de organizações que quebram nossos galhos no curto prazo.

O objetivo de toda ONG ao ser criada deveria ser sua auto-extinção, ou seja, à medida que alcançam suas metas de correção de rumos da sociedade deveriam fechar as suas portas. A única que eu conheço que tem essa proposta como lema é a Associação Carpe Diem que já abre sua página na Internet afirmando que “Esse site não deveria existir”.

Além disso, muitas delas, também não têm interesse nenhum que a sociedade seja justa e igualitária, porque perderiam o seu sentido e, com isso, seus dirigentes e funcionários perderiam suas sinecuras e sua visibilidade política e social. Para evitar esse desastre trabalham fortemente pela manutenção das desigualdades e da tutela que exercem sobre os seus “assistidos”.

O mundo só vai ser realmente um lugar bom de se viver quando nós não precisarmos mais de nenhuma delas. A começar pela ONU.

*Fábio Adiron é membro da Comissão Executiva do Fórum Permanente de Educação Inclusiva e moderador do Grupo de Discussão Síndrome de Down no Yahoo Grupos.